



Anais da Assembléia

Nº 32

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 22 DE ABRIL DE 1975

ANO I

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 45ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 1975.
(Terça-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Maurício Fruet e Valter Pietrângelo.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulín, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues de Carvalho, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados Antonio Facci, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Gilberto Carvalho, José Domingos Scarpelini, Lineu Turra, Nelson Buffara, Wilson Fortes e Aragão de Mattos Leão. (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER: o registro na Ata dos trabalhos da Sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento, na cidade de Jacarezinho, do Sr. FERNANDO BOTARELLI.

O lutooso acontecimento causou profunda consternação em toda a cidade, onde o ilustre desaparecido foi pioneiro.

Homem simples, e extremamente correto, conseguiu através de seu esforço, dedicação e bondade se firmar no alto conceito de toda a comunidade.

Deixa saudosos toda a população e uma imensa tristeza em toda sua família.

Requer ainda que desta decisão seja dado conhecimento à família enlutada, através de um de seus dedicados filhos, RENATO BOTARELLI, residente à Praça Gabriel Martins, 85, Apartamento 201, em Londrina.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1975.

a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atri-

buições regimentais, vem REQUERER, à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado solicitação ao Senhor Ministro dos Transportes, no sentido de que o mesmo acolha o pedido da Câmara Municipal de União da Vitória, que segue em anexo.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, REQUER, ouvida a Casa, seja oficiado ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S. A., no sentido de que seja instalada uma agência daquele Estabelecimento de Crédito Oficial, no Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1975.

a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICAÇÃO:

O Município de Morretes prescinde com urgência de uma agência Bancária para atender as transações comerciais lá efetuadas, tendo-se em vista que possuem Usina de Açúcar, Destilador de Cana-de-Açúcar, um grande número de comerciantes e agricultores.

A falta de um estabelecimento de crédito obriga aqueles agricultores e comerciantes a se deslocarem até Curitiba ou então até o Litoral, para efetuar suas operações bancárias, inclusive depósitos de vultuosas importâncias, que não podem ficar em seu poder, tendo-se em vista os riscos e prejuízos comerciais que isso acarreta.

Assim sendo, solicitamos o apoio dos ilustres Pares, e conseqüente aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhe são conferidos por Lei, requer seja liberado, como medida de urgência urgentíssima, Viatura para prestar Serviços permanentes à Delegacia de Polícia do Município de Andirá.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1975.

a) LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

1. — O Paraná assumiu importante posição na produção do trigo brasileiro, com safras abundantes que deverão, ainda, atingir melhores níveis. O Governo do Estado, pela Secretaria de Agricultura, declarou-se vivamente empenhado no aumento da produção.

2. — Ao entrarmos na época da procura de sementes de trigo, as primeiras previsões são as de que a demanda superará em mais de 100.000 (cem mil) sacas, o estoque existente.

3. — O Senhor Secretário de Agricultura anunciou no Instituto Agrônomo de Londrina a celebração de convênio entre o Governo do Estado e o Banco Central, pelo qual serão destinados recursos de Cr\$ 45.000.000,00 para melhoria e expansão das unidades produtoras de sementes (imprensa, 12.04.75).

4. — Causa espécie, pois, o fato de ter a CAFÉ DO PARANÁ, pela sua Agência de Apucarana, entregue a intermediários perto de 30.000 sacas de sementes de trigo, que deveriam ter sido colocadas à venda, por aquele órgão, diretamente aos agricultores, ao preço de Cr\$ 135,00 a saca.

5. — Tal fato tem sido denunciado por vários lavradores daquela região, interessados no plantio do trigo, cuja cultura não é de hoje que vem obtendo os melhores resultados naquela vasta área.

6. — O Deputado subscritor do presente constatou a existência em estoque, numa das firmas vendedoras de fertilizantes, em Rolândia, de sacas de sementes de trigo originárias da Café do Paraná, cuja sacaria mantém ainda a inscrição daquela Companhia.

Ocorre que a reclamação dos lavradores é de toda procedente. Senão, vejamos:

a) A Café do Paraná — Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, sediada nesta Capital à Rua André de Barros, 671, onde também funciona o Fundo de Equipamento Agropecuário, se diz empenhada na distribuição de sementes à lavoura;

b) Tempos atrás foram denunciadas manobras do estoque de sementes de soja, que em alguns casos, conforme se constatou em Cambé e Arapongas, eram fornecidas mediante bilhetes de chefes políticos;

c) No presente caso, os lavradores esperavam comprar a semente de trigo ao preço de Cr\$ 135,00 por saca, com pequenas variações em relação à qualidade do produto;

d) Tendo desaparecido o estoque existente em Apucarana, nos armazéns da Café do Paraná, não mais se encontra semente de trigo naquela região, salvo ao preço variável de Cr\$ 180,00 a 220,00 a saca;

e) Além da abrupta alteração do preço, as sementes somente são vendidas se o produtor vincular seu pedido de sementes a outro de fertilizantes;

f) A agência da Café do Paraná em Arapongas, como outras das vizinhança, não recebeu sementes de trigo para distribuição.

Em razão do exposto, nos termos do inciso 5º, do parágrafo único do artigo 16 e do parágrafo 2º do artigo 20 da Carta Estadual, formula o seguinte **pedido de informações** ao EXMO. SR. SECRETÁRIO DA AGRICULTURA, por intermédio do EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO, após aprovação do Colendo Plenário:

1º — Houve alguma providência anterior visando apurar irregularidades na distribuição de sementes de soja, que teriam ocorrido na Café do Paraná — Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, em 1972/1973?

2º — Quais os motivos determinantes da não distribuição de sementes de trigo por parte da Café do Paraná, ao preço de Cr\$ 135,00 a saca?

3º — Quais as causas de ter a Café do Paraná cedido ao comércio seu estoque de sementes de trigo existente em Apucarana ao invés de vendê-lo diretamente ao produtor?

4º — Qual o total do estoque de sementes de trigo em poder da Café do Paraná? Qual o seu preço de custo?

5º — Há constante fiscalização dos atos praticados pela Café do Paraná por parte da Secretaria da Agricultura? Quais os meios usados para o exercício dessa fiscalização?

6º — O Convênio que destinará recursos para aquisição de sementes não inclui as de trigo?

Se as inclui, a que preço será fornecida a saca de semente de trigo ao agricultor? A Café do Paraná será órgão de ação no cumprimento do anunciado Convênio?

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1975.

a) MUGGIATI FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 41/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1º — Fica declarada de Utilidade Pública, a AÇÃO SOCIAL CRISTO PROFETA, com sede e foro na cidade de Apucarana.

Artigo 2º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1975.

a) JORGE SATO

JUSTIFICATIVA:

O Presente Projeto de Lei, ora submetido à apreciação dos nobres Pares, visa exclusivamente considerar de Utilidade Pública estadual, uma entidade que, devidamente reconhecida como tal por Lei Municipal (doc. I, anexo), desenvolve seus objetivos sem visar qualquer lucro, nem remunerar seus diretores.

Além das finalidades assistenciais, como se infere de seus Estatutos (doc. II, anexo), a Ação Social Cristo Profeta ministra cursos de Educação de Base; Orienta as famílias de sua comunidade sobre problemas gerais, como: Economia Doméstica, Puericultura, Higiene, Nutrição e Vida Familiar.

Por esses e outros argumentos, encontrados no documento básico da entidade, é que nos propomos apresentar o Plano de Lei em tela, que por certo merecerá acolhida.

PROJETO DE LEI Nº 42/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1º — Fica criado o Distrito Judiciário de "SÃO PEDRO".

Artigo 2º — O Distrito Judiciário de "SÃO PEDRO" tem as seguintes divisas e confrontações:

a) AO NORTE: com os distritos de Ouro Verde e Sede, pelo Rio Santa Quitéria, a partir da divisa entre as fazendas "Aparadão" e "Santa Isabel", rio acima, até encontrar a divisa entre a Colônia Rio Quarto e a Colônia São Francisco.

b) AO LESTE: com o Distrito de São Francisco, por uma linha seca reta, divisa entre a Colônia Rio Quarto e Colônia São Francisco, partindo do Rio Santa Quitéria em direção Sul até encontrar o Rio São Francisco—Falso Braço Norte.

c) AO SUL: com o município de Céu Azul, pelo Rio São Francisco — Falso Braço Norte, desde a divisa entre a Colônia Rio Quarto e a Colônia São Francisco até encontrar a divisa entre as Fazendas "APARADÃO" e "SANTA ISABEL".

d) AO OESTE: como o distrito de Luz Marina, pela Divisa entre as Fazendas "Aparadão" e "Santa Isabel" partindo do Rio São Francisco — Braço Norte, até encontrar o Rio Santa Quitéria, ponto de partida.

Artigo 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1975.

a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

O alto índice de crescimento demográfico de nosso Estado aliado ao desenvolvimento agrícola e em decorrência o aumento do desenvolvimento econômico geraram as condições necessárias para a criação do Distrito Judiciário de São Pedro.

O Distrito de São Pedro com seu grande desenvolvimento populacional, econômico e financeiro demonstram claramente estar em condições e preencher as condições para a criação de de Distrito Judiciário.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra para o Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando assumimos a Assembléia Legislativa do Estado como um dos Deputados Estaduais, sabíamos e tínhamos a certeza de que aqui havíamos vindo pela vontade do povo, e para o exercício de função parlamentar, carregando os problemas de ordem comum deste mesmo povo, procurando soluções para os problemas por ventura aparecessem.

Ao aqui chegarmos, tomamos conhecimento de que a Assembléia Legislativa do Estado mantém um Departamento de Assistência Social que, se diga de passagem, nos fez sentir que a função do Deputado Estadual do Paraná não era simplesmente de parlamentar mas também a de prestador de serviços sociais a indigentes; sentimo-nos realmente satisfeitos, sabendo que este Paraná, nos seus 4 cantos significa a existência de uma pobreza normal, sentimos que podíamos, além do exercício da atividade parlamentar, prestar alguns serviços aos nossos irmãos menos favorecidos pela sorte, principalmente aqueles carentes de tratamento de saúde, aqueles com necessidade de consultas médicas e possíveis intervenções cirúrgicas.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi grande a nossa decepção, tamanha foi essa decepção, em tão pouco tempo que aqui estamos, a partir de então do nosso primeiro pedido, quando o Deputado, a cada vez que se dirigia ao Departamento Social da Assembléia Legislativa do Estado recebia de volta o seu encaminhado, com a notícia de que o nome do Deputado, na clínica onde ele havia encaminhado o seu indigente, após triagem, fora deprimido ao máximo, vilipendiado e atacado violentamente, sob a acusação de que, nas clínicas de Curitiba, principalmente aquelas aonde eram encaminhados os indigentes, não dão tratamento, não dão atendimento aos encaminhados pelos Deputados Estaduais.

Estes acontecimentos registram-se verbalmente nestes dois meses, quase que numa constante, e, hoje recebi uma declaração de uma pessoa cujo encaminhamento fiz na semana passada.

Ele declara, com assinatura e de próprio punho, o seguinte: "Declaro pela presente, e para que tenha efeitos legais, que tendo sido encaminhado à Assistência Social da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pelo Deputado Benedito Lúcio Machado para tratamento de saúde de minha esposa Izoldina Rodrigues da Silva, ao chegar à sede da Assistência Social com bilhete do Deputado, dirigi-me ao Sr. Joel; ao mesmo, ao recebê-lo disse que, internamento era impossível porque a Assembléia não tinha convênio com clínica nenhuma — com dinheiro, tudo seria fácil. Procurei o Deputado, exatamente por não ter condições econômicas para ser tratado. Passados dois dias o Sr. Joel, com antecipação, encaminhou a minha esposa para uma clínica cujo nome não me lembro e lá, ao receber a ordem da Assistência por escrito, o atendente disse que era para ele esconder ou jogar fora aquela ordem e não apresentar a mesma no Departamento de Assistência. Portanto, o Deputado não seria atendido naquele hospital. Acho, Sr. Presidente, que se nós não temos condições de dar a assistência que o Departamento de Assistência Social, formou para este atendimento da estrutura da Assembléia Legislativa é bom que se encerre a atividade deste Departamento, o que não é justo é que os Deputados sejam humilhados ao se servir de um Departamento criado pela economia da Assembléia Legislativa, que dá atendimento aos menos favorecidos pela sorte e, por isso, vamos apresentar Requerimento a esta Casa solicitando algumas informações sobre o assunto. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso dos direitos e prerrogativas que lhes são conferidos por lei.

REQUER:

1º — Informe se, o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, existente em funcionamento nesta Assembléia Legislativa, é mantido por verba constante do orçamento do Estado e qual é o número de sua cotação.

2º — Quais são os hospitais ou clínicas nesta Capital, que em convênio, atendem a triagem do Departamento de Assistência Social da Assembléia Legislativa.

3º — Quantos funcionários, compõem o pessoal fixo e variável com prestação de serviços no Departamento de Assistência Social da Assembléia, e, se recebe eles os seus vencimentos através da despesa fixa da casa, ou suas folhas de pagamentos são de atribuição do Executivo.

4º — Qual é a finalidade específica do Departamento no que se indique o seu atendimento, se a sua disponibilidade é de atendimento às solicitações dos Deputados, ou simplesmente a estes o Departamento presta favor em atender.

5º — Quais são os recursos em disponibilidade atual do Departamento, quanto a ambulatório médico, viaturas para transporte de doentes (ambulâncias), dispensário e leitos hospitalares.

6º — Quantos médicos prestam serviços atualmente ao Departamento e quais são os locais de prestação desses serviços.

7º — No caso de ser objetivo do Departamento dar atendimento às solicitações dos Senhores Deputados, informar a quem deverá ser encaminhadas as solicitações, para o atendimento eficiente.

Segue Requerimento ao

Excelentíssimo Senhor

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, referente ao **DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1975.

a) LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

Ao chegarmos à Assembléia Legislativa do Estado, para dar cumprimento ao Mandato de Deputado Estadual, verificamos que além das atribuições legislativas, o Deputado se envolvia na obrigação de dar atendimento aos menos favorecidos pela sorte, que, afluindo de todas as regiões do Estado, procuram o Deputado para os casos de tratamento de saúde, visto a incapacidade financeira para obter assistência no interior; da mesma forma, soubemos que, o Poder Legislativo, mantém na Própria Casa, com pessoal de sua administração, um serviço de atendimento social, para dar provimento a essa necessidade. Acontece porém, que nos poucos meses da presente legislatura, começamos a sentir que os encaminhamentos feitos pelos Senhores Deputados a esses Departamento, além de receberem um péssimo atendimento, ainda coloca os parlamentares, ao jugo do escárnio por parte daqueles que recebe as solicitações; havendo caso, de um simples porteiro de hospital, afirmar ao indigente encaminhado, que vão atender, porque querem atender, mas não por se tratar de solicitação do Deputado, acrescentando muitas vezes, crítica violenta contra o nome do Deputado, com palavras que aqui não podem ser ditas, face o respeito que devotamos ao decoro desta Casa.

Por este motivo; queremos a informação através do presente Requerimento, para sabermos se o Departamento foi montado para serviços da Casa, ou o Deputado, entra na fila com os indigentes e como indigentes, por ele encaminhado".

O SR. PRESIDENTE — A Mesa concede um minuto para V. Exa. concluir a sua oração.

O SR. LÚCIO MACHADO — Obrigado Sr. Presidente, solicito

de V. Exa. no sentido de que o Departamento de Assistência Social da Assembléia Legislativa do Estado atente à finalidade para qual foi enviado, ou feche as suas portas para que os Srs. Deputados não sejam humilhados tão frontalmente, como têm sido por este Departamento. Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Neste instante, quero congratular-me com a nossa Pátria e com nosso Povo, pois ontem completou 15 anos de inauguração a nossa grande Brasília.

Quero congratular-me com o ex-Presidente Juscelino Kubitschek pelo seu arrojo; quando iniciou aquela grande obra foi criticado por muitos brasileiros. Mas que hoje, devemos prestar a nossa homenagem pelo seu arrojo, pelo seu trabalho, pelo seu dinamismo, Capital da República que engrandece o nosso País e a nossa gente. Não poderia deixar de passar às escuras, Srs. Deputados, Sr. Presidente, porque sou acostumado a fazer justiça. Não pertencia ao Partido de S. Exa. o Sr. Ex-Presidente da República, mas devemos fazer justiça, nós brasileiros, devemos estar satisfeitos e alegres, de ver elogios por todos os recantos com referência a nossa Brasília. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomamos à Tribuna desta Casa de Leis há algumas sessões passadas para apresentar a nossa preocupação e do povo que aqui representamos, quanto à violência que tem assolado a Capital do Estado do Paraná. Naquela oportunidade, dissemos da nossa confiança na valorosa equipe chefiada pelo Gal. Alcindo Pereira, no sentido de que se encontrasse solução para aquele grandioso problema.

E foi com satisfação que lemos recentemente no noticiário da Imprensa, e ouvimos da palavra dos locutores, de que S. Exa., determinara a constituição de equipes volantes com a finalidade de garantir a segurança pública, tanto nos bairros como no centro da cidade de Curitiba.

E é com alegria que podemos hoje observar que já temos alguns resultados positivos por esta medida. Foram diversos os marginais presos e que hoje estão afastados de sua perniciosa lide. Especialmente em certos bairros onde campeava o crime, hoje existe relativa segurança.

Causou-nos uma impressão das mais agradáveis, por outro lado, a determinação do Sr. Secretário de Segurança Pública, em estender, também aos policiais menos categorizados a gratificação por tempo integral que outrora era possível apenas a determinadas categorias funcionais.

Realmente, se houver necessidade de maior trabalho por parte do homem, deverá ele ter uma compensação financeira. Assim talvez, não estará preocupado com o pão que deverá levar para sua família e com maior ânimo, cumprir sua missão. Portanto, aplaudimos daqui o Sr. Secretário de Segurança Pública, Gal. Alcindo Pereira Gonçalves, por estas duas medidas que consideramos muito válidas para a manutenção da segurança e da ordem em nossa Capital. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está finda a Hora do Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Três assuntos nos trazem hoje à Tribuna desta Casa. Um deles, já abordado por um nosso companheiro, Deputado Domício Scaramella, de União da Vitória, que se relaciona com a inau-

guração, no dia 21 de abril de 1960, da Capital Federal de nossa Pátria. Na época existiam diversos Partidos políticos e membros desta Legislatura tiveram a honra de pertencer ao passado político decente, honesto e que demonstrou, na operosidade daquele Presidente, que alguma coisa teria que ser feita em termos de futuro dentro da Nação.

Foi aquele Presidente contestado de diversas formas, ganhando pejorativos de toda a espécie, quem fez com que o Brasil transcendesse todo o mundo e desse uma demonstração real de que acreditávamos no futuro.

Levou a uma região onde não existia nada, levou ao centro do País, a Capital federativa desta Nação.

Justo se faz que nós, políticos de hoje, reconheçamos que no passado — e isto temos o dever e a obrigação de dizer, houve políticos decentes, honestos e que contribuíram para o engrandecimento da Nação.

Ninguém forja uma história de fatos atuais; ninguém ergue uma família sem ter ramificação anterior; não possuímos descendência sem possuímos pai e mãe idôneos. E o pai político do Brasil, o homem que realmente reconheceu que, num futuro como este que hoje ostentamos, alguém acreditaria na sua Pátria. E foi este o Presidente Juscelino Kubitschek.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, estou ouvindo com atenção e entusiasmo até, a sua referência aos 15º aniversário de Brasília, construída pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Foi bem a propósito, porque, ainda ontem, líamos o famoso livro do americano Thomas Skidmore, que trata do período de Getúlio Vargas a Castelo Branco. E, citando o período do grande Juscelino Kubitschek de Oliveira, ele chamou-o, muito apropriadamente, dos anos da confiança. Os anos de confiança no futuro, os anos de confiança no desenvolvimento do Brasil, os anos em que todos participavam ativamente no processo de desenvolvimento deste País. Porque, todos passaram a acreditar que ele poderia ser grande, e o povo poderia ser o sujeito de sua História.

Acho que domingo, Fernando Pedreira, escreveu, em "O Estado de São Paulo", um artigo muito bem apropriado, sobre as gerações políticas no País, e classificou-as em quatro:

a primeira, a começada a partir de 22 e 24, nos movimentos rebeldes de então;

a segunda, de 35 a 38;

a terceira, a geração de 45, e

a quarta, nos anos de 59-60, e que é a nossa geração. A geração que despertou num período legalista, onde a defesa da legalidade era a tônica que se situou bem e foi enaltecida e destacada no período de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

E esta é a nossa geração. A geração que poderíamos denominar de "geração de Brasília". Porque, nós despertamos justamente com a construção de Brasília.

É muito oportuno que a gente desta Casa, aproveitando o discurso de V. Exa., possa render homenagens ao grande Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, o construtor de Brasília e o descortinador de novos horizontes para o País.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte de V. Exa., nobre Deputado Osvaldo Macedo. E queria complementar nossos raciocínio com relação à Brasília.

No dia de hoje, quando Brasília tem a responsabilidade de abrigar as mais altas Casas Legislativas do País, onde se instalou o Senado da República e a Câmara Federal, Brasília é, aos olhos de todo o mundo, um exemplo de dedicação e de quem posteriormente veio a ocupar o seu lugar.

E, hoje, na Presidência da República, encontra-se um homem que, a cada dia que passa, procura tornar Brasília mais efetiva, mais condigna para com a Nação brasileira.

E nós, nesta Casa, como legisladores que compomos um

todo, não poderíamos deixar de pedir à Mesa, através de um Requerimento, que conste, na Ata dos Trabalhos deste dia, um voto de louvor e de reconhecimento dos legisladores desta Casa, pela inauguração de Brasília, há 15 anos passados. Porque, a construção de Brasília foi realmente uma contribuição muito grande, em termos de política, em termos de futuro, de futuro promissor e principalmente isso aconteceu após a construção de Brasília.

Ocorre hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Dia Nacional da Aviação. Outra data, como aquela referida, de muito augúrio para a Nação brasileira, que nos idos da 2ª Guerra Mundial, quando o Brasil foi solicitado para participar, esteve presente a nossa Aviação. Mínima, parca em recursos, desatualizada em todos os sentidos, sem ter o mínimo de condições para participar daquela guerra. Mesmo assim, a Nação brasileira se fez presente naquele episódio Nacional. Tivemos a satisfação de ver a nossa Aviação com uma participação efetiva naquele conflito mundial. E, hoje, nós também reverenciamos a passagem do Dia da Aviação e queremos traduzir através de nossas palavras, os reclamos da nossa Aviação Civil, particularmente do nosso Município, fazendo com que, através de Requerimento de nossa lavra, seja atendida a região dos Campos Gerais, principalmente tendo em vista episódio referente à Aviação Civil e Comercial, acontecido recentemente.

Na semana passada, um dos maiores agricultores de nosso Estado, homem ligado à agricultura de alto nível, teve ceifada sua vida, única e exclusivamente pela falta de operosidade das autoridades do Estado, principalmente do Governo do Paraná, que de há muito nega à minha cidade de Ponta Grossa, a sua participação, no sentido da colaboração para melhoria do Campo de Aviação de Ponta Grossa. Esse cidadão, retornando de uma viagem às 19,30 horas, não teve condições de acesso ao nosso campo de pouso, e o seu avião não tinha condições de chegar a Curitiba por falta de combustível. Assim, perdeu a vida. Tomio Kanamura, homem que representava e representou o sustento da economia paranaense, com sua contribuição mais de 600 famílias que trabalhavam sob suas ordens. Tinha mais de 2 mil e 500 alqueires plantados de soja, e era um exemplo ao agricultor paranaense.

Nós, quando militávamos no campo da política como Vereador em nosso Município, já solicitávamos ao Governo do Estado, para que, através da Secretaria de Obras, desse um pouco de sustentáculo a nossa Prefeitura, no sentido assistencial e de melhoramento do Campo Santana, em Ponta Grossa. A construção de um grande Aeroporto é uma obra que carece de muito tempo, de muito estudo e somente com um pouco de boa vontade da parte do Governo do Estado, através da Secretaria de Obras, poderia haver melhor sinalização, melhor assistência técnica de balisamento, não teríamos que lamentar acidentes onde são ceifadas vidas de paranaenses e brasileiros que realmente contribuem para a economia de nosso Paraná e nosso Brasil.

E é com um Requerimento dessa natureza que estaremos entrando nesta Casa, solicitando os bons ofícios de S. Exa. o Sr. Governador do Estado para que, juntamente com nossa Prefeitura, dê as condições mínimas de segurança para nosso Aeroporto de Santana, porque não é admissível que o Paraná possua apenas 5 campos de pouso asfaltados em todo território paranaense quando nos Estados vizinhos que todos os Aeroportos ostentam condições melhores que os do nosso Paraná, e não é admissível que um Estado que se desenvolve no cenário nacional, um Estado que, cada dia que passa, procura melhores dias em sua economia, em seu desenvolvimento, mas não procura trazer segurança aos capitalistas, aos comerciantes e aos grandes industriais, enfim aos problemas aviatórios civis e comerciais do Estado porque, como exemplo, somente a Capital do Estado tem condições de segurança para a decida de aviões de grande porte.

Queria perguntar a alguma autoridade: se Curitiba não tivesse condições de receber algum aparelho de grande porte qual

seria outro aeroporto do Paraná que poderia receber as grandes aeronaves que aqui descem?

Não temos uma estratégia, não temos um plano firmado pelo Governo do Estado para dar às grandes cidades do nosso interior a oportunidade de ter um campo de pouso satisfatório e de condigna, realmente, com o grau de desenvolvimento que existe em todo o território paranaense.

Como terceiro fato que nos traz a usar a palavra na tarde de hoje, queria transmitir a esta Casa e ao Paraná todo que, após, aquelas nossas lembranças do dia 15 de setembro último, dia do aniversário da minha cidade, quando lá compareceram S. Exa. o ex-Governador S. Exas. ex-Secretários para, numa festa e através da divulgação da imprensa falada, escrita e televisada de todo Paraná, serem feitos acordos, principalmente, da construção de viadutos de acesso em nossas estradas, na região dos Campos Gerais. Essa ostentação foi feita sessenta dias antes da última eleição. Posteriormente, veio o resultado amargo às hostes da Arena e aqueles convênios assinados entraram no esquecimento.

Em contacto com o Prefeito atual da Princesa dos Campos, Prefeito da Arena, mas que soma seus interesses aos de todos os municípios, não tem o atual Prefeito da minha cidade recalque algum das últimas eleições porque, juntamente com nossa pessoa, procurou entrar em entendimento com os órgãos governamentais e com S. Exa. o Sr. Governador do Estado para desengavetar esse convênio assinado.

Para satisfação não nossa, não também desta Casa, mas da família paranaense, para a segurança do acesso à minha cidade, pois por lá passam as famílias de todos os Srs. Deputados e todas as pessoas que vão a Foz do Iguaçu, tivemos a satisfação de ver o Prefeito de nossa cidade, juntamente com as autoridades representativas de nossa Comuna, somar esforços e desengavetar e assinar, para agudado da família paranaense juntamente com o Secretário dos Transportes e com o Diretor Técnico e Administrativo do DER, as obras a serem executadas com início para o prazo máximo de trinta ou sessenta dias, que são:

Intercessão da BR 376 com a PR 11, na entrada do Caetano, onde ultimamente, mais precisamente tres semanas atrás um ônibus da Transistur ceifou mais uma vida ou mais de dez vidas de famílias brasileiras e onde diariamente ocorrem inúmeros desastres.

O anteprojeto de engenharia em toda a extensão no trecho do Caetano onde vai dar melhores condições para as famílias paranaenses que ali transitam.

Um Projeto de Engenharia do sub-trecho de intercessão da BR 376 com a PR 11 no quilômetro quatro e meio que era considerado o quilômetro da morte onde numa bifurcação única, convergem quatro sentidos de trânsito.

Um Projeto de Engenharia, intercessão da BR 376 com a PR 11, fazendo aquele viaduto que Ponta Grossa não mais já acreditava, e somente agora, com a intercessão do atual Prefeito com a intercessão dos nossos companheiros representantes daquela região fizeram que o Governo tivesse com as vistas voltadas para a região dos Campos Gerais a execução de obras no sub-trecho da intercessão BR 376 com a PR 11, no km 3,5, onde está situada a Churrascaria do Papai Couto, onde já foram ceifadas, por levantamento nosso, feito, mais de 100 vidas, em 2 km somente de estradas; execução de obras de concordância entre a BR 266 e a Avenida Ernesto Vilela, com acesso à nossa Estação Rodoviária, porque Ponta Grossa sendo uma cidade industrial, tendo um cartão de visita de um sentido amplo de divulgação não tem nenhum acesso à Estação Rodoviária, e os acessos são todos primários e não são nem revestidos nem por cascalhamento; projeto de engenharia em todas as ligações; execução das obras de terraplenagem complementares, e pavimentação, na extensão, de 15 km, e, recuperação e melhoramento no restante da ligação rododiferroviárias, Contorno BR 376; execução das obras em primeira fase, ligação terminal de passageiros na Rododiferroviária de Uvaranas, onde os Senhores estiveram, na recém e fa-

migerada inauguração da Estrada de Ferro Central do Paraná; existe ainda e foi assinada, uma imediata elaboração de projeto, já engavetada, e agora na fase de execução, da Avenida Visconde de Mauá, do acesso à BR 376, na primeira entrada da minha cidade; foi também previsto agora, pelo Prefeito e pelas autoridades representativas junto ao Governo do Estado, que somente agora teve as suas vidas voltadas à minha região, com a passagem de nível Anita Garibaldi, da Estrada de Ferro Central do Paraná; projeto de engenharia do viaduto em concreto armado, uma obra que denunciada por inúmeros pontagrossenses, por inúmeros parlamentares desta Casa, de diversos acidentes com locomotivas apanhando diversos veículos que ali transitavam, com diversas mortes causadas por esta falta de operosidade do Governo, coisa que poderia ter sanado há muito tempo, o Governo do Estado.

Enfim, diversas obras que carecem, não à minha cidade, não à minha região, mas, este afunilamento de todo o Paraná, que converge por esta estrada a que estamos nos referindo.

Além disso, estas mesmas autoridades estiveram em contato com a SANEPAR, de que, quando da ex-administração do Sr. Mário Brendalizi, ele lá esteve, em Ponta Grossa e empenhou a sua palavra, como Presidente, de que, Ponta Grossa teria um escritório regional da SANEPAR, de que Ponta Grossa teria o congelamento das tarifas de água, de que Ponta Grossa teria uma assistência de técnicos especializados, principalmente na análise da água a ser servida à população princesina, assinado convênio com a SANEPAR para serviço de água e saneamento, ao mando da SANEPAR, novamente o Governo do Estado, através desse órgão esqueceu os compromissos assumidos, lembrados nesta Casa por este mesmo Deputado que vos fala.

Acompanhando as autoridades representativas e mais o Prefeito, estivemos em contacto com S. Exa. o Presidente atual da SANEPAR, rememorando o atual Presidente os compromissos do Governo do Estado assumidos para com nossa Princesa dos Campos Gerais. De imediato, o atual Presidente fez com que fosse anotado e cumprido na medida do possível, todos os fatos e principalmente todos os episódios relatados por aquela Comissão, e todos os compromissos assumidos pela ex-administração da SANEPAR.

Acreditamos de que a atual administração da SANEPAR faça com que alguma palavra de Diretor-Presidente seja cumprida, e que a nossa Princesa dos Campos, a família de Ponta Grossa tenha melhor água do que a atual.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Gabriel Sampaio).

Nós como representantes da região, que somamos com a representação da Arena dos Campos Gerais, e que aqui vai realmente comprovar, relacionada com a nossa cidade, que, realmente, influe na família paranaense. Ao terminarmos, queremos externar também a nossa representação política de nossa cidade, na pessoa do Deputado David Federmann, que, devido a acidente automobilístico, se houve impossibilitado de acompanhar-nos na representação, mas que nos deu total apoio. Nós, pensando e sentido de reconhecimento para com Ponta Grossa, são palavras suas, e nesta referência nós, somando com o Deputado David Federmann, e somamos com Ponta Grossa, com todos os Deputados, que é uma família só, obrigado, Sr. Presidente. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Mauricio Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — O nobre Deputado declina de sua inscrição. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, no Grande Expediente, abordaremos quadro relacionado com a complexidade do sistema tributário do imposto sobre circulação de mercadorias, sistemática que vem adotando a Secretaria da Fazenda do Estado, que prejudicou consideravelmente, não só as empresas como também o erário público do Estado, cuja complexidade é tamanha que se fazer um levantamento do

custo operacional para saber quanto se dispendeu no erário para receber dos contribuintes este tributo, chegaremos a ter uma triste decepção, sabendo que a máquina administrativa do Estado não está realmente preparada nem para tributar nem para equacionar a receita do erário público. Pelo sistema atual uma guia de informações sobre o movimento é entregue na representação fiscal do domicílio tributário e do contribuinte e dali ela passa por diversas seções, todas elas onerando desta forma o erário público com tanta tributação ao nosso ver que são totalmente desnecessárias de acordo com a observação feita. Esta é a mecânica racional do encaminhamento destes papéis que confere à receita do Estado a atribuição para a cobrança do ICM. O que nos causa uma espécie de constrangimento até, de que há falta de planejamento e que a CELEPAR, órgão de incumbência, de verificar os impostos lançados, após as conferências das vias de informações do contribuinte, encontrou-se uma omissão, na maioria das vezes, fatos que não podemos considerar como erro, e muito longe, pode-se pensar em dolo ou qualquer outro artifício que poderia o contribuinte tentar estar usando para fins de sonegação ou de omissão de registro que servisse de debate para fins do recolhimento do ICM.

A CELEPAR, ao receber os cartões, depois de toda esta burocracia, receber as guias que já passaram por esta, para aquela e para outra repartição, levam aos computadores para a devida conferência.

Depois disto, se o contador da firma esqueceu simplesmente de colocar um pequeno "X" no espaço vazio, a CELEPAR devolve este cartão ao contribuinte, obedecendo a mesma hierarquia de tramitação, voltando de local em local, onerando de tal forma, que o contribuinte é obrigado a receber de volta, a pagar uma multa tributada de 385 cruzeiros, se não me falha a memória. Então, o contribuinte que não pensou em sonegação, o que não pensou em má fé ou em dolo, que não pensou em absoluto em usurpar a economia do Estado, procurando omitir-se de pagar o respectivo imposto de sua empresa, ter que ser multado com quase 400 cruzeiros, pela falta destas guias porque o computador verificou que faltou num quadridulado daqueles, apenas um X, porque tem que pagar, o contribuinte para fazer face ao pagamento das despesas que, em 80%, serve para a CELEPAR.

E ainda mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu acho, eu penso o que nós sentimos, que necessário se faz que a Secretaria das Finanças do Estado do Paraná, nos moldes de outros Estados, de outras empresas congêneres brasileiras, dê uma investida no problema do treinamento, seja por meio de um sindicato, seja por meio de um Conselho Regional do Contribuinte, ou de contabilidade também, para que a firma não se sinta desestimulada em cumprir suas obrigações para com o Estado.

Já que temos conhecimento, que pela simples falta de um "X" no espaço da linha, o custo desta operação de volta custa 400 cruzeiros em média para cada contribuinte.

Sabemos que a mecânica a qual denunciámos, de custo direto de implantação de um sistema que, não temos dúvidas, é o ideal para tal finalidade, já que é por meio de listagens que a receita tem em mãos, tempo record, os dados tão necessários aos planejamentos elaborados pelo Poder Executivo.

O que falta, entretanto, é que se exima, que se afaste a necessidade burocrática de tramitação caríssima, prejudicando o erário público do Estado, prejudicando a economia particular das empresas e prejudicando os pequenos comerciantes que fecham as portas sem condições às vezes de proceder a baixa de suas atividades comerciais porque encontram seus livros fiscais onerados pelo Departamento de Finanças do Estado do Paraná, por uma sistemática que infelizmente e altamente científica, mas é artificialíssima e prejudicial e caríssima, onerando o contribuinte e o próprio Estado.

É preciso que haja mais justiça, mais planificação, mais inteligência, mais coerência, na sistemática de lançamento de tributos porque o povo não tem condições de vencer o tanto de im-

postos que é cobrado, o tanto de dinheiro que é arrecadado às vezes das necessidades próprias de movimentação econômica de suas atividades.

Tão logo seja possível, trarei um trabalho que encaminharei através da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado, em forma de Requerimento, após a aprovação dos Deputados, à Secretaria de Finanças do Estado do Paraná, dando uma opinião sobre o fato que se relaciona ao Imposto de Circulação de Mercadorias.

Era o que tinha a dizer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEN DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell constante do Expediente, Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 71/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 204/73, que aprova os Termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL, e de verbas dos referidos Municípios. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

— (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada 26 Srs. Deputados. Não há quorum para votação. A Mesa colocará a matéria constante da Ordem do Dia, apenas em discussão.

Em discussão o Projeto de Resolução nº 71/73. Encerrada a discussão.

A Mesa tem a satisfação de comunicar a presença neste Plenário, do Sr. Deputado Federal Alencar Furtado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 73/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 248/73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Mirador e Santa Helena, objetivando a implantação de complexos de Radiocomunicação e Fonia e Telegrafia nos referidos municípios. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P. — Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 78/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 255/73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Ipiranga, Joaquim Távora e Pinhão, Rebouças e Rio Bom, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.P. — Encerrada a discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, verifico que por ocasião da chamada nominal, dois Srs. Deputados não estavam presentes e o 1º Secretário encontrou a presença de 26 Srs. Deputados. Considerando que estão na Casa os Srs. Deputados Hélio Manfrinato e Jorge Sato, que tiveram computadas faltas, solicitaria nova chamada nominal para constatação que quorum.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

— (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 32 Srs. Deputados. Havendo número para deliberação à Presidência volta a colocar em votação a 3ª Discussão do Projeto de Resolução nº 71/73. — **Aprovado.**

Em votação a 3ª Discussão do Projeto de Resolução nº 73/73. — **Aprovado.**

Em votação a 3ª Discussão do Projeto de Resolução nº 78/73. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 79/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 256/73, que aprova os Termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e os municípios de Alto Paraná, Pérola do Oeste, Piraf do Sul e Roncador, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 10/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 28/74, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Corbélia, Nova Cantu, Nova Fátima e São Pedro do Paraná, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 13/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 247/73, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Cianorte, com o objetivo de organizar o serviço de Rádio Patrulha daquela comuna. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 02/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que da nova redação ao parágrafo 3º, do Artigo 194, do Regimento Interno. Parecer **favorável** da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 20/74, de autoria do Deputado Heroldo Bianchi, que dispõe na forma que estabelece, sobre o valor dos auxílios devidos pelo IPE, aos cônjuges funcionários públicos, quando ambos são contribuintes. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.F. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na Sessão da última quinta-feira, quando estava a consideração do Plenário para deliberação, o Projeto de Lei de autoria do eminente Deputado Maurício Fruet, que visa instituir novas normas junto ao Instituto de Previdência do Estado, no que tange a Assistência Médica e Hospitalar, fizemos menção do Projeto de Lei nº 20/74, de autoria do ex-Deputado Haroldo Bianchi, e prometemos, naquela Sessão, que haveríamos de trazer na Sessão de hoje, novos subsídios capazes de justificar a posição da Bancada da Aliança Renovadora Nacional, favorável à medida preconizada por aquele Deputado, uma vez que a Arena fixa sua posição favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 20/74. Este Projeto, Sr. Presidente, dispõe, na forma que estabelece, sobre o valor dos auxílios devidos pelo IPE aos cônjuges funcionários públicos, quando ambos são contribuintes.

Trata-se de conceder um auxílio integral aos cônjuges funcionários públicos quanto ao atendimento médico tendo em vista a dualidade de contribuição para determinada finalidade.

O Regulamento geral da assistência médico-hospitalar do IPE tem seu suporte legal no estatuído pelo artigo 58 do decreto 14.585, de 30 de março de 1964, que diz:

"Ao IPE compete dar assistência médica, odontológica, farmacêutica e hospitalar, aos inscritos no regime de pensão, dentro de um plano elaborado anualmente, com base na arrecação prevista no artigo 10 do citado diploma".

Reza o referido artigo de sustentação e obrigação-retro; "Artigo 10 - O Estado contribui mensalmente com 2%, hoje 3% no valor retributivo do vencimento do servidor inscrito obrigatória ou facultativamente no regime de pensão, para aplicação exclusiva das assistência médico-hospitalar, estendendo-se essa obrigatoriedade às autarquias, prefeituras municipais, entidades que celebraram convênios com o IPE".

Assim sendo, observamos que a sistemática legal para a regulamentação de tudo que diga respeito ao serviço de assistência médica, odontológica, farmacêutica e hospitalar encontra-se inserida no artigo 39 da Lei 4.766 com remissão ao artigo 13 da mesma Lei, e 58 do decreto 14.588, com a remissão ainda ao artigo 19 do mesmo diploma legal; isto posto, conclui-se ser o atendimento médico e os demais a que trata o referido Projeto, de obrigação do Governo Estadual quanto a sua contribuição lastreada num plano anualmente elaborado pelo IPE, tendo como suporte para sua aplicação a disponibilidade dos 3% correspondentes aos vencimentos do segurado e destinado para tal fim.

O plano a que nos atemos, Sr. Presidente, de flexibilidade anual tem sido do regulamento elaborado em 3 de março de 1966 portanto, a retribuição do Estado, no caso de projeto incidente sobre os dois servidores, marido e mulher, quando contribuintes.

"Nenhum beneficiado poderá receber mais de uma pensão instituída pela presente Lei, salvo o descendente do casal contribuinte".

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, salvo falta de meios financeiros para a aplicabilidade, julgamos viável o Projeto proposto.

A ARENA vota favoravelmente, e, ao fazê-lo, quer significar de que não é a ARENA favorável ao Projeto de Lei desta natureza quando de autoria de um dos membros de sua Bancada, e contrária quando o Projeto de Lei é originário dos Srs. Deputados integrantes da Bancada do MDB. Tão somente fixada a posição para dizer da vantagem do Plano de Lei do nobre Deputado Haroldo Bianchi. Continuaremos, Sr. Presidente, em busca de subsídios para melhor esclarecer-se quanto à Propositura do Sr. Deputado Maurício Fruet, retirada, tendo tido a sua votação adiada por 30 dias, posição que a ARENA pretende seja referida por ocasião da discussão daquele Projeto de Lei.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

Com a palavra o Sr. Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De conformidade com as razões já apresentadas em Sessão anterior, o MDB vota favoravelmente ao Projeto nº 20/74, de autoria do Deputado Haroldo Bianchi, contamina-nos no dever de nos congratular-mos com as conclusões a que chegou o eminente Líder da Arena, justificando o seu voto favorável ao Projeto. E temos também a esperança de que o eminente Líder Arenista chegou à conclusão idêntica, Sr. Presidente, com relação ao Projeto Maurício Fruet, que se encontra com sua discussão em suspenso, e fora de qualquer dúvida de que não poderá haver nesta Casa dois pesos e duas medidas, e assim sendo, o sentido justo daquele Projeto não é menor do que aquele que agora está sendo apresentado por esta Casa. Por isso que assim entendendo fará também a aprovação daquele Projeto. Era o que cabia à nossa Bancada, nesta oportunidade, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, está em votação. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 95/74, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que cria uma Circunscrição de Trânsito

na sede do Município de Medianeira, e jurisdição nos Municípios de São Miguel do Iguaçu, Santa Helena e Matelândia, desmembrados da 7ª CIRETRAN. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Artigo por artigo aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 17/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 45/74, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Barbosa Ferraz, Cafeara e São Carlos do Ivaí, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações e de verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública com os municípios de Barbosa Ferraz, Cafeara e São Carlos do Ivaí, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL, e de verbas dos orçamentos dos referidos municípios.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1974.

a) GABIANO BRAGA CORTES — Presidente

a) ANTONIO COSTA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 45/74

Para atender determinação constitucional, o Sr. Governador encaminha a esta Casa, para dela colher aprovação, Mensagem transformada na Proposição ora em exame, cópia dos convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com os municípios de Barbosa Ferraz, Cafeara e São Carlos do Ivaí, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL, e de verbas dos orçamentos dos referidos municípios.

Está a matéria em condições de ser aprovada, nos termos do Projeto de Resolução anexo, pois exercita esta Casa atribuições que lhe são deferidas pelo item VII, do artigo 22, da Constituição Estadual.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1974.

a) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

a) ANTONIO COSTA — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS P A R E C E R:

1 — Tratam os Autos do Projeto de Resolução nº 17/74, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Barbosa Ferraz, Cafeara e São Carlos do Ivaí, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL, e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios, cujas cópias autênticas

tics de inteiro teor foram encaminhadas para referendo deste Poder Legislativo, capeadas pela Mensagem Governamental n.º 10/74, de 11 de março de 1964, do corrente.

2 — Respalçada pelo permissivo constitucional que defere ao Poder Executivo a iniciativa de firmar acordos e celebrar convênios e tendo-se em conta o evidente interesse comunitário dos municípios a serem beneficiados com o disposto de cada um dos convênios celebrados, e, finalmente, considerando-se que as implicações financeiras decorrentes destas aprovações são naturais decorrentes de tal cometimento administrativo e perfeitamente suportável pelo erário público, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de manifestar-se favoravelmente ao Projeto de Resolução, em testilha.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1974.

- a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
a) JOÃO FADEL — Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17/74

O presente Projeto de Resolução trata da aprovação de convênio firmado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com os municípios de Barbosa Ferraz Cafeara, e São Carlos do Ivaí, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos municípios.

Tratando-se de medida de alta relevância no que diz respeito ao interesse público e que já mereceu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, nada há no âmbito desta Comissão de Polícia, que se lhe possa antepor.

Somos, portanto, pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 02 de dezembro de 1974.

- a) ANTONIO BELINATI — Presidente
a) ARTHUR DE SOUZA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 20/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 53/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Quatro Barras, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante a aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas orçamentárias do referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 20/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 09 de janeiro de 1974, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Quatro Barras, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamento para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1974.

- a) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente
a) ERONDY SILVÉRIO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 53/74

1 — A presente proposição constitui-se da Mensagem Governamental nº 19/74, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópias autênticas do Convênio celebrado em 09 de janeiro de 1974, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Estado dos Negócios da Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Quatro Barras, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

2 — A celebração do referido Convênio, encontra amparo legal no artigo 47, inciso IX, da Constituição do Estado, onde defere competência ao Chefe do Poder Executivo, cabendo, à Assembléia Legislativa referendá-lo, o que fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1974.

- a) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente
a) ERONDY SILVÉRIO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 20/74

É submetido ao "referendum" deste Poder o termo de Convênio, celebrado a 9 de janeiro de 1974, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Quatro Barras, objetivando o reequipamento da Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de recursos do FUNRESPOL.

Esta Comissão já analisou um sem-número de atos idênticos a este, igualmente integrantes do plano geral estabelecido pela Pasta de Segurança Pública de reequipar os serviços públicos especializados em garantir a paz pública em nosso Estado.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, da mesma forma, opinou favoravelmente.

No mérito, deve repetir-se o que se tem dito a respeito dos demais convênios, acima referidos, ou seja, que eles consultam os reais interesses da coletividade e que sua execução é benéfica sob todos os aspectos.

Desta forma, opino pela aprovação.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1974.

- a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
a) JOÃO FADEL — Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 20/74

NO MÉRITO — Tratando-se de medida de competência do Poder Executivo, que vem a esta Assembléia Legislativa tão somente para ser referendada e tratando-se ainda, de medida de alto alcance, no que respeita ao bem estar social do Município em pauta, resta-nos tão somente opinar pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 02 de junho de 1974.

- a) ANTONIO BELINATI — Presidente
a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 25/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 54/74, que aprova o Convênio celebrado entre o Ministério da Justiça e o Estado do Paraná, objetivando a construção de um complexo

penitenciário Agro-Pecuário-Industrial na região Norte do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 25/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Ministério da Justiça e o Estado do Paraná, objetivando a construção de um complexo penitenciário-agro-pecuário-industrial na região norte do Estado, a que se refere a Mensagem Governamental nº 13, de 26 de março de 1974.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1974.

- a) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente
- a) ANTONIO LOPES JUNIOR — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 54/74

Mensagem do Poder Executivo que encaminha cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Ministério da Justiça e o Estado do Paraná, objetivando construção de um complexo Penitenciário Agro-Industrial—Pecuário, na Região Norte do Estado.

Cumpre, assim, o Sr. Governador determinação constitucional pois que os convênios celebrados pelo Poder Executivo devem ser aprovados por esta Casa.

Nestas condições, a proposição poderá ser aprovada pela Casa, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sub.censura.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1974.

- a) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente
- a) ANTONIO LOPES JUNIOR — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 25/74

O Poder Executivo celebrou convênio com o Ministério de Justiça, destinado a somar recursos para a construção de um complexo penitenciário agro-pecuário-industrial, na região Norte do Estado.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, opinou pela aprovação do texto e ofereceu ao Projeto de Resolução cujos termos consolidam satisfatoriamente a matéria.

Também do ponto de vista financeiro é de se conceder o “referendum”.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 1974.

- a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
- a) GILBERTO CARVALHO — Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 25/74

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, em brilhante parecer de seu relator, apresentou Projeto de Resolução aprovando os termos do Convênio celebrado entre o Poder Executivo e o Ministério de Justiça, visando a construção de um complexo penitenciário agro-pecuário-industrial, localizado na região Norte do Estado.

No âmbito desta Comissão, ou seja, todos os assuntos que interessem à ordem e à segurança pública, nada há que obste o prosseguimento normal do Projeto.

Assim sendo, opinamos pela APROVAÇÃO do Projeto enfocado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de dezembro de 1974.

- a) ANTONIO BELINATI — Presidente
- a) ANTONIO FRANCO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 131/74, de autoria do Deputado Haroldo Bianchi, que autoriza o Poder Executivo a criar na Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras da Cidade de Jacarezinho, um Curso de Bacharelado e Licenciatura em Psicologia. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 131/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, um Curso de Bacharelado e Licenciatura em Psicologia.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1974.

- a) HAROLDO BIANCHI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, presta inestimáveis serviços a todo o Paraná há mais de doze anos, possuindo em seus currículos os Cursos de Pedagogia, História, Letras, Matemática e recentemente, Ciências Biológicas.

Nela frequentam mais de 1.500 alunos, matriculados nos seus diversos cursos, provindo das mais distantes cidades da vasta região do Norte Pioneiro, como também de inúmeros municípios do vizinho Estado de São Paulo.

A Faculdade está construindo um prédio de arquitetura moderníssima, com amplas instalações e o patrimônio em material de laboratório de pesquisas e de estudos para os diversos cursos, é o mais completo.

Nas condições acima expostas, e pela razão maior de ser o Curso de Psicologia um dos mais solicitados, nas Universidades brasileiras, com um amplo mercado de trabalho, que se pode des-cortinar, pelo emprego cada vez mais acentuado de métodos psicológicos, na indústria, no comércio, e mesmo na administração pública, quer nos parecer das mais justas e oportunas a matéria do presente Plano de Lei, motivo pelo qual contamos com o indispensável apoioamento dos nobres Deputados, com assento nesta Augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 131/74

Submete-se à deliberação desta Comissão, Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado HAROLDO BIANCHI, autorizando o Poder Executivo a criar, na Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, um curso de Bacharelado e Licenciatura em Psicologia.

Referida Proposição vem acompanhada de ampla justificativa, que nos convence da oportunidade da medida pleiteada.

Sob o aspecto constitucional, legal ou jurídico, e ainda quanto a forma, a proposição está conforme.

Nada há, portanto, que obste a aprovação do Projeto.

Face ao exposto, opino pelo ACOLHIMENTO da proposição para ulterior tramite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1974.

a) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

a) ANTONIO LOPES JUNIOR — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 131/74

1 — Visa o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado HAROLDO BIANCHI, autorizar o Poder Executivo a criar, na Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, de Jacarezinho, um Curso de Bacharelado e Licenciatura em Psicologia.

2 — Referida matéria devidamente estudada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, mereceu parecer favorável.

3 — Quanto ao aspecto financeiro, objeto de estudo nesta Comissão, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1974.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) ANTONIO LOPES JUNIOR — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 131/74

Visa o presente plano de lei, de autoria do Deputado Haroldo Bianchi, a autorizar o Poder Executivo, a criar, na Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, um Curso de Bacharelado e Licenciatura em Psicologia.

A oportunidade da medida pleiteada está evidente pela própria justificativa que acompanha esta proposição.

As ditas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, analisando a matéria, ofereceram pareceres favoráveis.

No âmbito desta Comissão, à qual compete examinar todos os assuntos que digam respeito à educação e cultura, nada encontramos que possa obstar a aprovação desta proposição.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, pela aprovação deste Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de de 1975.

a) ROSÁRIO PITELLI — Presidente

a) WERNER WANDERER — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 172/74, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos Autores, Editores e Impressores que publiquem obras no Estado do Paraná, de remeterem à Biblioteca Pública 2 (dois) exemplares das ditas obras conforme específica e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 172/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Ficam os autores, editores e impressores, que

publiquem obras no Estado do Paraná, obrigados a remeter à Biblioteca Pública 2 (dois) exemplares completos e em perfeito estado de conservação, de cada uma delas, quer sejam livros, folhetos, revistas, jornais, mapas ou plantas.

Parágrafo único — Incluem-se nesta obrigação as reimpressões, novas edições, ensaios e variantes de qualquer espécie.

Art. 2º — O cumprimento desta obrigação independe de solicitação da Biblioteca Pública do Paraná.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de outubro de 1974.

a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

A obrigatoriedade que se pretende instituir com a presente Lei já existia no tempo do Império, foi adotada também pelo Distrito Federal em 1931 e pelo governo do Mal. Castelo Branco em 1967, quando criou tal exigência através da Lei nº 5250 de 09 de fevereiro de 1967 no envio de jornais e periódicos à Biblioteca Nacional e oficiais dos Estados, Territórios e Distrito Federal.

A medida que ora submetemos à apreciação dos nobres pares com assento nesta Casa, vai permitir que a nossa Biblioteca tenha e possa oferecer a quem a ela recorra, tudo o que se editar no Estado do Paraná, quer sejam livros, jornais, revistas, folhetos, mapas ou plantas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 174/74

AUTOR: Deputado IVO THOMAZONI

SÚMULA: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos Autores, Editores e Impressores que publiquem obras no Estado do Paraná, remeterem à Biblioteca Pública 2 (dois) exemplares das ditas obras, conforme específica e dá outras providências.

PARECER: Pretende o nobre autor do plano de Lei, instituir em nosso Estado dispositivos de Lei já existentes em nosso País desde o tempo do Império e recentemente adotado pelo Governo Federal (Lei nº 5250, de 9 de fevereiro de 1967), por tanto reforçar tal medida no âmbito estadual, no que tange a autores, editores e impressores paranaenses junto à Biblioteca Pública e sendo o Projeto justo e altamente significativo e sem implicações de ordem legal ou constitucional, opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de abril de 1975.

a) ACCIOLY FILHO — Presidente

a) IVAN RÜPPEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 191/74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 76/74, que objetiva majorar as Tabelas das Funções Gratificadas dos Funcionários dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como aumentar os valores dos salários família dos dependentes do Funcionalismo e das pensões especiais pagas pelo Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 191/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — As tabelas das funções gratificadas dos funcionários dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Tri-

bunal de Contas do Estado, ficam majoradas em 30% (trinta por cento), a partir de 1º de março de 1975.

Art. 2º — O valor do salário família atribuído ao funcionalismo estadual fica majorado em 30% (trinta por cento), a partir de 1º de março de 1975.

Art. 3º — O valor previsto no art. 5º da Lei nº 6.537, de 15-5-74, para as pensões especiais pagas pelo Estado, fica majorado em 30% (trinta por cento).

Art. 4º — Dez por cento (10%) de majoração, a título de antecipação das previstas nos artigos 1º, 2º, e 3º, desta Lei, será paga a partir de 1º de dezembro de 1974.

Art. 5º — Nos cálculos decorrentes da execução da presente lei serão desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 6º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 191/74

Procura o Poder Executivo, através do presente Plano de Lei, um reajustamento sobre as Funções Gratificadas do mesmo, além de idêntica medida para os Salários-Família dos funcionários público estadual e para as pensões mensais.

Dizer da imperiosa necessidade da medida, seria pura redundância, e, entrar no mérito da mesma não seria necessário já que o encarecimento em todos os setores da vida atual aí estão a comprovar o porque de sua existência.

O que nos parece, entretanto, frisando destarte, que neste parecer se insere de modo algum a demagogia, ou a necessidade de promoção, que no caso seria escusa, é que o Senhor Governador do Estado, à época da mensagem, não se apercebeu de quanto a mesma estaria superada, quando de sua entrada em vigor, ao se transformar em lei, caso seja aprovada "in totum".

A assinatura do Senhor Governador está aposta ao citado Plano, em data de 29 de novembro, e, portanto, cinco meses já se passaram desde sua saída do Palácio Iguaçu, para a respectiva tramitação nesta Casa de Leis.

Cinco meses foram suficientes para quatro altas no preço dos combustíveis, fiel de balança da economia nacional, e, sua majoração trouxe, subsequentemente um bastante acentuado impulso na espiral inflacionária porque passamos, um dos preços, talvez a serem pagos para a fuga do subdesenvolvimento.

O que não achamos justo é que o funcionalismo público venha a ser a "palmatória do Estado", e que pague por estas medidas.

Não é do conhecimento de ninguém que o custo de vida ultrapassou, e, em muito, a casa dos trinta por cento. A própria Fundação Getúlio Vargas aí está a comprovar o fato, e, se ela o diz, o está afirmando pelo próprio Governo Federal, já que se trata de um seu apêndice.

A Mensagem é justa, mas o que ela propõe não o é.

Não o é nem quanto à parte referente às Funções Gratificadas, nem tão pouco quanto às pensões e ao salário-família.

Neste relato não nos cabe dar solução ao problema, que o faremos à quisa de colaboração, com emendas na ocasião oportuna.

Entre outros aspectos falha o presente Plano pelo esquecimento de Verba de Representação, verba esta intimamente relacionada com a Função Gratificada, e que, neste caso não sofrerá aumento algum.

Pelas razões acima expostas, Senhor Presidente, somos pela APROVAÇÃO parcial do presente plano de Lei, devendo o mesmo, sofrer as devidas corrigendas, visando aperfeiçoá-lo para que o Funcionalismo público estadual não venha, mais uma vez

obter uma "Vitória de Pirro", que, na verdade, somente o desestimulará ainda mais na profissão que abraçou.

É o parecer.

Sala das Reuniões, em 11 de abril de 1975.

a) ACCIOLY FILHO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 191/74

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem nº 76/74, do Poder Executivo, objetiva majorar as tabelas das funções gratificadas dos funcionários dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como aumentar os valores do salário-família dos dependentes do funcionalismo e das pensões especiais pagas pelo Estado.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou sobre a matéria.

Quanto à iniciativa da medida, sem dúvida, trata-se de uma mais justa e oportuna.

No âmbito desta Comissão, à qual compete analisar sob o aspecto financeiro, nada há que possa servir de obstáculo à aprovação deste plano de Lei.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, pela aprovação do Projeto de Lei em tela.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) GILBERTO CARVALHO — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da Tribuna, solicitando informações sobre o serviço de Assistência Social existente nesta Assembléia. — À consideração da Comissão Executiva.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Fernando Botarelli, ocorrido em Jacarezinho. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Miggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações a Secretaria da Agricultura, referente a atividades da Café do Paraná. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima Sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, com o objetivo de adaptação da ponte férrea sobre o rio Iguaçu, em União da Vitória, para passagem de veículos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., objetivando a criação de uma agência daquele estabelecimento de crédito, ao Município de Morretes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expedi-

ente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando a liberação urgente de viatura para prestar serviços permanente a Delegacia de Polícia do Município de Andirá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado pedido de informações a Telepar, sobre implantação de telefones móveis. — Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — (Para discutir)
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A solicitação para discutir o Projeto, foi de minha iniciativa. Evidentemente, que vejo com bons olhos o encaminhamento e a aprovação da matéria porque deve caber a qualquer membro desta Casa, e não é exclusivamente nem deve ser, da oposição, a a fiscalização dos atos e atitudes governamentais. Cabe de regra, a todos os Deputados que aqui têm assento.

Apenas, levantei a questão para conhecer o critério adotado pela Mesa. Porque dias atrás, o eminente Deputado de nossa Bancada, Nilso Sguarezi, encaminhou Requerimento de informações em idêntica situação e a Mesa entendeu de não recebê-lo de pronto, ou de não entregá-lo à consideração do Plenário de momento, encaminhando-o à consideração prévia da Comissão de Constituição e Justiça.

Assim gostaríamos de saber que critério está adotando a Mesa em relação, a pedidos de informações desta natureza. Apenas esta a razão que me levou a suscitar a questão.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, apenas para que eu possa estar informado.

S. Exa. o Deputado solicitou, através deste Requerimento, informações ao Senhor Presidente da TELEPAR, diretamente, ou está o Requerimento dirigido ao Secretário dos Negócios do Interior do Estado?

O SR. PRESIDENTE — O pedido de informações é à TELEPAR, diretamente.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, parece que há uma posição firmada pela Mesa...

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento).

Parece que não há a se cogitar, no caso, a quem é endereçado o pedido de informações. O que se cogitou no Requerimento anterior, do Deputado Nilso Sguarezi, foi quanto a possibilidade do Poder Legislativo exigir informações de Empresas Públicas ou Órgãos de Economia Mista.

Parece que aí residu a decisão da Mesa, parece que aí se fixou a decisão da Comissão de Constituição e Justiça, aliás, contra nosso voto.

O SR. IVO THOMAZONI — Invoco a posição da Mesa para que definitivamente se esclareça qual o critério a ser adotado no caso.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que por ocasião da discussão e votação do Requerimento anterior, esta Presidência encaminhou à dita Comissão de Constituição e Justiça para que fixasse um critério a respeito de pedidos de informações a Empresas de Economia Mista.

E, uma vez que a Comissão de Constituição e Justiça não devolveu aquele Requerimento, dando desta forma um critério a ser adotado em casos semelhantes, a Mesa decide encaminhar também este Requerimento àquela Comissão até que venha o critério necessário para o encaminhamento de qualquer pedido desta natureza.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs:
79/73, 10/74, 13/74 e de Lei n.ºs. 20/74 e 95/74.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs:
17/74, 20/74, 25/74 e de Lei n.ºs 131/74, 172/74 e 191/74.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 32/74, -3/75, 11/75, 12/75 e de Lei n.ºs. 216/73 e 157/74.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado BASÍLIO ZANUSSO. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Lineu Turra apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 460/68 — de autoria do deputado Roberto Wipych, que autoriza o Poder Executivo a criar um Posto Agropecuário, com Patrulha Mecanizada e Laboratório de Análises, subordinado à Secretaria de Agricultura, na sede do mun. de Cascavel. PROJETO DE LEI N. 97/73 — de autoria do deputado Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Estadual de Londrina, a Fazenda Experimental de Criação da Secretaria de Agricultura, com sede em Ibiporã. PROJETO DE LEI N. 117/73 — de autoria do deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Faculdade Veterinária, na sede do Mun. de Castro. PROJETO DE LEI N. 19/74 — de autoria do deputado Haroldo Bianchi, que cria na Fundação Estadual Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, os cursos de Orientador Educacional e Supervisor de Ensino. PROJETO DE LEI N. 123/74 — de autoria do deputado Erondy Silvério, que transfere por morte da beneficiária Rosália Freitas de Carvalho, a pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), para sua filha Ondina Carvalho de Oliveira. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 15/74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça ex-proposição n. 10/74, que aprova os termos do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Corbélia, objetivando à implantação de complexos de radiodifusão de fonia e telegrafia no referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 16/74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça ex-proposição n. 29/74, que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Amporã e Santa Cecília do Pavão, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante a aplicação de dotações do FUNRESPOL, e de verbas que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 29/73 — de autoria do deputado Maurício Fruet, que institui o Ciclo de Estudos sobre problemas brasileiros, com a finalidade que especifica. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
LÉLIO GUIMARÃES SOTTO-MAIOR — Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, após a sessão plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Sr. Deputado Quilse Crisóstomo da Silva e contando com a presença dos Senhores Deputados Gilberto Carvalho, Luiz Carlos Zuk, Benedito Luiz Machado, Aragão de Mattos Leão e Muggiati Filho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N. 166/72 — de autoria do Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, que transfere à responsabilidade do DER, a estrada que liga os Municípios de Irati e Inácio Martins, passando pelas localidades de Rio Corrente, Rio Preto, Guairimir, Governador Ribas, Água Clara e Serro do Leão. Relator Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão, parecer favorável aprovado. PROJETO DE LEI N. 34/74 — de autoria do Senhor Deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo doar à Cooperativa Mista dos Ruralistas de Ponta Grossa Ltda., maquinários e instrumentos agrícolas. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N. 111/74 — de autoria do Senhor Deputado José Muggiati Filho que autoriza o Poder Executivo conceder auxílio de Cr\$ 151.448, 33 (cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e trinta e três centavos) ao Município de Arapongas. Relator Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N. 137/74 — de autoria do Senhor Deputado Rosário Pitelli, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso, 1 (um) rolo compressor Muller Tandem, ano 1962, de propriedade da Secretaria dos Transportes — DER. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N. 148/74 — de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar e instalar através da Secretaria de Educação e Cultura, cursos de primeiro e segundo graus no Distrito de Campo Bonito, Município de Guaraniacú. Relator Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão, parecer contrário-aprovado. PROJETO DE LEI N. 191/74 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 76/74, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva majorar as tabelas das funções gratificadas dos funcionários dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como aumentar os valores do Salário Família dos dependentes do funcionalismo e das pensões pagas pelo Estado. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N. 10/75 — de autoria do Senhor Deputado Alfredo Gulin, que autoriza o Poder Executivo construir no Distrito de Santa Felicidade desta Capital, um prédio em alvenaria, destinado ao funcionamento de cursos de primeiro grau. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer contrário-aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 16/75 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Ex-proposição n. 161/74 — Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Curitiba, visando a implantação do Eixo industrial que integra o Sistema viário da Cidade Industrial de Curitiba. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 07/74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Ex-proposição n. 08/74. Aprova os termos do Acordo n. 07/73, celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-Sudesul, e o Estado do Paraná, objetivando acelerar a execução do levantamento do Reconhecimento e Aptidão Agrícola com respectiva impressão de Mapas nas áreas 1, 2, 3, 6 e 7 da Divisão Estadual do Paraná. Relator

Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 06/75 — de autoria do Senhor Deputado digo, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Ex-proposição 177/74 — Aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde através da Divisão Nacional de Câncer, e o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública, objetivando coleta de dados estatísticos sobre casos de Neo-plasmas Malignos. Relator Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 07/75 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Ex-proposição n. 184/74 — Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com as Prefeituras Municipais que especifica, objetivando a construção de prédios destinados as Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos Municípios Relator Senhor Deputado Benedito Lúcio Machado, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 14/75 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Ex-proposição n. 30/75 — Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com o Município de Paranaguá, objetivando construção de prédio destinado aos Institutos Médico Legal, na sede do referido Município. Relator Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 34/75 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Ex-Proposição n. 28/74 — Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e a de Viação e Obras Públicas com o Município de Telemaco Borba, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, naquela Comuna. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N. 16/75 de autoria do Senhor Deputado Alfredo Gulin que, autoriza o Poder Executivo construir um prédio de alvenaria na sede do Município de Imbituva, destinado ao funcionamento de curso de primeiro grau. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável-aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião do qual para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

QUIELSE CRISÓSTOMO SILVA — Presidente
TEREZINHA DE MOURA E CLARO — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, às dezessete horas, na Sala de Reuniões deste Poder, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Dep. Accioly Neto e presentes os Srs. Depts. Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Waldenício Barbalho e Enéas Faria. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou aberta a reunião, sendo requerida dispensa da leitura da Ata anterior pelo Sr. Dep. Dácio Leonel, e aprovada. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1).— PROJETO DE LEI N. 1/75 — do Poder Executivo. Mensagem n. 8/75, encaminhando anteprojeto de lei que abre crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para auxiliar a Associação dos Servidores Públicos do Paraná, com despesas da Colônia de Férias do Balneário

Caiobá. — Relator Dep. Dácio Leonel. Deferido pedido de Vista do dep. Deni Schwartz. PROJETO DE LEI N. 4/75, do Dep. Benedito Lúcio Machado. Autoriza o PE asfaltar a Avenida Munhos da Rocha Neto, ligando o Município de Santo Antônio da Platina ao povoado de Platina. Relator Dep. Ezequias Losso. Parecer contrário-Aprovado. 3).— PROJETO DE LEI N. 27/75, do Poder Executivo. Mensagem n. 15/75, encaminhando anteprojeto de lei que prorroga até 30 de junho de 1977, os efeitos da Lei n. 6.547. Relator Dep. Accioly Neto. Parecer favorável. Aprovado. 4).— PROJETO DE LEI N. 29/75, do dep. Lúcio Machado. Autorizo o PE criar um Ginásio Estadual no Distrito de Marimbondo, Município de Siqueira Campos, e dá outras providências. Relator Dep. Dácio Leonel. Parecer contrário-Aprovado. 5).— PROJETO DE LEI N. 30/75, do dep. Luiz Carlos Zuk. Autoriza o PE criar o Instituto Florestal do Paraná, e dá outras providências. Relator Dep. Dácio Leonel. Parecer contrário-Aprovado. 6).— PROJETO DE LEI N. 7/74, do dep. Iris Caldart. Institui normas especiais para segurança dos edifícios, nos projetos e nas Obras. Relator Dep. Deni Schwartz. Parecer contrário-Aprovado. 7).— PROJETO DE LEI N. 107/74, do dep. Maurício Fruet. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais, de Cambé. Relator Dep. Ezequias Losso. Parecer favorável-Aprovado. 8).— PROJETO DE LEI N. 112/74, do dep. Muggiati Filho. Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Munhoz de Melo. Relator Dep. Ezequias Losso. Parecer favorável-Aprovado. 9).— PROJETO DE LEI N. 144/74, do Dep. Luiz Roberto Soares. Incorpora ao vencimento dos Membros do Tribunal de Justiça, a gratificação especial que se refere o art. 44, da Lei n. 2.704, de 30.4.29. Relator Dep. Dácio Leonel. Parecer contrário-Aprovado. 10).— PROJETO DE LEI N. 145/74, do dep. Luiz Roberto Soares. Autoriza o PE conceder ao Coronel Francisco de Paula Soares Netto, o título de Cidadão Honorário do Paraná. Relator dep. Waldenício Barbalho. 11).— PROJETO DE LEI N. 152/74, do dep. Nelson Buffara. Dispõe sobre obrigatoriedade dos Escrivães das respectivas Varas, comunicar as decisões da Justiça Absolutória, ao Instituto de Identificação e à Delegacia de Vigilância e Capturas e demais delegacias relacionadas com ditos processos criminais, e dá outras providências. Relator Dep. Ezequias Losso. Parecer contrário-Aprovado. 12).— PROJETO DE LEI N. 175/74, do dep. Jorge Sato. Autoriza o Poder Executivo fixar em importância não excedente a vinte por cento do maior salário mínimo do Estado, os Honorários de Serviço de Despachante Oficiais de Trânsito. Relator Dep. Dácio Leonel. Parecer favorável-Aprovado. 13).— PROJETO DE LEI N. 182/74, do dep. Olavo Ferreira. Dá nova redação ao artigo 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970. Altera a concessão de licença especial ao funcionário público. Relator Dep. Dácio Leonel. Parecer contrário-Aprovado. 14).— PROJETO DE LEI N. 187/74, do dep. Wilson Fortes. Concede título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Doutor Maury Rodrigues da Cruz. Relator dep. Ezequias Losso. Deferido pedido de vista do dep. Enéas Faria. 15).— PROPOSIÇÃO N. 1/75, do Poder Executivo. Mensagem n. 85/74, do PE, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado, o Ministério da Saúde e a Associação Paranaense de Reabilitação, para aplicação de recursos na assistência aos Deficientes Físicos. Relator Dep. Ezequias Losso. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 16).— PROPOSIÇÃO N. 4/75, do Poder Executivo. Mensagem n. 2/75, encaminhando cópia do Termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Ministério da Agricultura, para desenvolver Programa de Combate à Febre Aftosa no Estado. Relator Dep. Deni Schwartz. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 17).— PROPOSIÇÃO N. 162/74, do Poder Executivo. Mensagem n. 46/74, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado, visando distribuição de produtos farmacêuticos à população de baixo poder aquisitivo. Relator Dep. Dácio Leonel. Parecer favorável com respectivo Projeto de Resolução.

Aprovado. 18).— PROPOSIÇÃO N. 228/74, do Poder Executivo. Mensagem n. 82/74, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o INCRA, referente a trabalhos de Promoção, Assistência e Fiscalização do Cooperativismo. Relator Dep. Waldenício Barbalho. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 19).— PROPOSIÇÃO N. 230/74, do Poder Executivo. Mensagem encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Faxinal para construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia local. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer favorável com respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, Deputado Accioly Neto, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

Sala das Reuniões, em 16 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

RITA CELESTINO SOARES — Secretária

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de hum mil, novecentos e setenta e cinco, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala de Reuniões, com a presença dos Srs. Deputados: Rosário Pitelli, Edilson Alencar, e Jurandir Messias. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 266/73 — De autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de grau colegial, no distrito de Tamarana, município de Londrina. Relator: Deputado Jurandir Messias. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 53/74 — De autoria do Sr. Deputado Aryzone Araújo, que autoriza o Poder Executivo a criar como entidade da Fundação Estadual, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da cidade de Francisco Beltrão, e dá outras providências. Relator, Deputado Jurandir Messias. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 55/73 — De autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo denominar Grupo Escolar Hiro Vieira, o atual Grupo Escolar Alto da Glória, da cidade de Mandaguáçu. Relator, Deputado Edilson Alencar. Parecer: favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 52/74 — De autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo construir prédio destinado ao funcionamento do Ginásio Estadual na sede do distrito de Santa Lúcia, município de Capitão Leônidas Marques. Parecer favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

aa) ROSÁRIO PITELLI — Presidente

Maria Aparecida Amaral — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de hum mil

novecentos e setenta e cinco, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Basílio Zanusso. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Deputado Lineu Turra apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 229/71 — de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de utilidade pública a Casa Maternal Nossa Senhora Aparecida do Bairro de Santa Felicidade, nesta Capital. PROJETO DE LEI Nº 134/73 — de autoria do Deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Agrícola na cidade de Castro. PROJETO DE LEI Nº 288/73 — de autoria do Deputado Arthur de Souza, que declara de utilidade pública a Sociedade Protetora dos Animais de Curitiba. PROJETO DE LEI Nº 28/74 — de autoria do Deputado Rosário Pitelli, que declara de utilidade pública a Liga das Senhoras Católicas da Cidade de Sertaneja. PROJETO DE LEI Nº 56/74 — de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Tomazina, uma ambulância WILLYS — ano 1966. PROJETO DE LEI Nº 97/74 — de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Paranacity, a data de terras sob o nº 3 (três) da quadra 83 (oitenta e três) da Planta Geral da cidade do mesmo município. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 75/73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 250/73, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios de Floresta, Ivaí, Kaloré e Palmeira, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 80/73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição nº 254/73, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com a Prefeitura Municipal de Paranguá, objetivando a construção na sede daquele município, de um prédio destinado ao Instituto Médico Legal. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição nº 259/73, que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e os municípios de Itambé, Mandaguari, Mandaguaçu, Maria Helena, São João do Triunfo e São Jorge do Oeste, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 24/74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição nº 50/74, que aprova os termos do convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a União, por intermédio do Ministério de Educação e Cultura, destinado à aplicação de recursos na expansão e melhoria do ensino. APROVADAS. Nada

mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío Guimarães, Sotó-Maior, para que produza os efeitos legais.

aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
Lélío G. Sotó-Maior — Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 209/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3346/75, de 11 de abril de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

alterar o orçamento analítico desta Assembléia Legislativa, aprovado pelos Decretos Legislativos nº 1 e 110/75, para o exercício de 1975, nos elementos e subelementos abaixo discriminados, os quais passarão a ter a seguinte dotação:

EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES — 4.1.3.0	1.500.000
01 — Máquinas, motores e aparelhos	600.000
04 — Automóveis, Autocaminhões e outros Veículos de tração mecânica	200.000
07 — DIVERSOS EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	10.000
RESERVA TÉCNICA	690.000
MATERIAL PERMANENTE — 4.1.4.0	2.000.000
02 — Material bibliográfico em geral, filmotecas e discotecas	20.000
07 — Utensílios de copa, cozinha, dormitórios e enfermaria	10.000
08 — Viaturas de Pequeno Porte	10.000
09 — Móveis e Utensílios de escritório, biblioteca, ensino engenharia, laboratório e Gabinete Técnico ou Científico	265.000
12 — Outros Materiais Permanente	4.000
RESERVA TÉCNICA	1.691.000
AQUISIÇÕES DE IMÓVEIS — 4.2.10	1.000.000
AUXÍLIO PARA OBRAS PÚBLICAS — 4.3.3.0	6.000.000
2 — Entidades Estaduais — D.E.O.E	5.881.000
RESERVA TÉCNICA	119.000

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 22 de abril de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário